



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Justiça e Violência.

## ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O MEDO DE VIVER NA CIDADE: QUE FOBIA É ESSA?

Maria do Socorro Rocha Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O debate sobre o medo na cidade impõe a necessidade da ancoragem numa teoria capaz de explicar as contradições imbricadas no processo de urbanização sob a lógica capitalista. As análises desenvolvidas foram instigadas pelas observações sobre manifestações do fenômeno da violência e o sentimento de medo na cidade, estabelecidos a partir da espetacularização da violência.

**.Palavras-chave:** Violência, medo, espetacularização, estado.

**Abstract:** The debate about the fear in the city imposes the need of anchoring in theory able to explain the interwoven contradictions in the process of urbanization under the capitalist logic. The analyses were instigated by remarks about manifestations of the phenomenon of violence and a sense of fear in the city, set out from the spectacularization of violence

**Keywords:** Violence, fear, a Rejoinder, state.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de estudos ao longo de anos sobre a violência e o medo de viver na cidade, que resultou na dissertação de mestrado e vem sendo objeto de estudo e reflexão.

A constituição das cidades contemporâneas vem sendo historicamente marcada pela lógica segregadora, imanente ao modo de produção capitalista, seja através do embelezamento dos chamados centros urbanos, ou ainda pela política de ocupação e uso das terras. Com isso, o contingente de trabalhadores de baixa renda afasta-se das áreas centrais e desloca-se para áreas sem infraestrutura, ora próximas, ora distantes da maior concentração de equipamentos e serviços coletivos.

Na constituição da cidade estão diferentes sujeitos em disputa e, entre estes, o Estado, propondo planos urbanísticos baseados em modelos perfeitos de ordenamento para uma cidade sem contradições.

A dinâmica do processo de urbanização no atual estágio da acumulação capitalista é um elemento essencial para a explicação dos problemas sociais enfrentados nas cidades brasileiras, como por exemplo, o medo na cidade. O medo na

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Integrada Brasil Amazônia, E-mail: mariasocial2@gmail.com.

cidade e a construção de sentimentos anti-cidade são recentes. Estes processos começaram a ter visibilidade a partir do explosivo adensamento populacional nas cidades e aprofundou-se de forma mais radical em alguns continentes e algumas regiões do mundo.

O acirramento do sentimento de medo na cidade é também causado pela espetacularização da violência, instrumento muito utilizado pela mídia nacional, onde a violência possui significados e manifestações diversas para grupos de indivíduos marcados pela condição de classe social. A violência gera lucro e por isso é tão cobiçada pela mídia, e principalmente pelos detentores dos meios de produção.

## **2. ESTADO CAPITALISTA, URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E MEDO NA CIDADE**

Neste início de análise iniciaremos o debate sobre o Estado engendrado pelo modo de produção capitalista, estabelecendo nexos com a urbanização em escala mundial e nacional e com o fenômeno da violência e do medo na cidade contemporânea.

Segundo Engels (1982), Atenas apresenta a forma mais pura e mais clássica para se compreender o surgimento do Estado, afirmando que o Estado tem sua gênese, fundamentalmente, nos antagonismos de classe que vão se desenvolvendo no interior da sociedade.

Marx (1994) afirma ainda que é necessário destruir o aparelho do Estado, mas não substituir o pessoal governante. Esse aparelho não é mais visto como um instrumento imparcial, manipulável por quem estiver em seu poder. Pelo contrário, afirma que o Estado é uma instituição que tem a dominação de classe inscrita na sua própria organização interna, já que para Marx o Estado capitalista traz em si sua marca de classe, que é a burguesia. Portanto, o Estado exerce a função de garantir a ordem da sociedade burguesa sem que necessite ser controlado diretamente pelos membros da classe burguesa.

Em o 18 Brumário Marx (1994) analisa a relação do Estado burguês e da sociedade burguesa. Para isso faz análise do processo histórico que levou ao golpe de 1851 e a destruição do poder político de Bonaparte. Segundo Marx, a burguesia parlamentar vê seu domínio político consolidado, depois de diluída a constituinte e da derrota dos republicanos burgueses, abrindo-se um período de luta entre o poder Executivo e a Assembleia Legislativa.

Ainda sobre o 18 Brumário é possível a compreensão do Estado capitalista a partir de alguns pontos principais, como: na concepção de que o aparelho de Estado não é uma forma institucional neutra; a ação do Estado não depende, para a

realização dessa função, do controle direto da burguesia sobre os seus recursos políticos e organizacionais; e, que a função essencial do Estado é a reprodução da ordem social capitalista.

Para a compreensão do Estado capitalista é necessário nos remetermos à história, às lutas e aos interesses de classes, e entender que os sujeitos sociais estão sempre engajados em condutas estratégicas, porém atuando em contextos não escolhidos por eles.

O Estado intervém por meio de políticas focalizadas e pulverizadas, para amenizar as expressões da “questão social”, e neutralizar as massas. Um exemplo bastante nítido das consequências da intervenção do Estado na sociedade de classe pode ser visualizado através de políticas públicas, mais especificamente em projetos de habitação, como afirma Harvey (1994), em que alguns projetos destinados às pessoas carentes podem ser piores de vandalismo e de desamparo social do que as favelas que pretendiam substituir.

As políticas desenvolvidas pelo Estado capitalista assumem, estruturalmente, características centradas na extração da mais-valia e do lucro, e entre estas as políticas urbanas. Segundo Harvey (2005, p.150), o grande interesse do capital é a busca de mais espaços para desenvolver sua capacidade de acumulação, mesmo que para isso, seja necessária a destruição dos espaços, registrando que:

(...) o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para as suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo.

A constituição das cidades contemporâneas vem sendo historicamente marcada pela lógica segregadora, imanente ao modo de produção capitalista, seja através do embelezamento dos chamados centros urbanos, ou ainda pela política de ocupação e uso das terras. Com isso, o contingente de trabalhadores de baixa renda afasta-se das áreas centrais e desloca-se para áreas sem infraestrutura, ora próximas, ora distantes da maior concentração de equipamentos e serviços coletivos. O que visibiliza tal segregação é o fato destes espaços das cidades serem reconhecidos por periferias, áreas de baixadas, favelas, entre outras denominações.

Na constituição da cidade estão diferentes sujeitos em disputa e, entre estes, o Estado propondo planos urbanísticos baseados em modelos perfeitos de ordenamento para uma cidade, constituída segundo uma lógica harmônica, sem contradições. Contudo, ao ser exemplificado o planejamento das cidades, constata-se que a imagem de cidade ordenada, controlada e domesticável pelo seu planejamento, mudou

gradualmente para uma imagem de ambiente perverso, indomável, tensionado social e politicamente.

O espaço urbano ao se constituir em objeto de planejamento elaborado deve levar em consideração os interesses diversos e a correlação de forças se expressa nas obras arquitetônicas, nos projetos de infraestrutura e nos projetos habitacionais que são concebidos para estruturar a vida dos sujeitos nesses espaços. Para Harvey (1996, p.55), “a cidade tem que parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir”.

O direito à cidade é um direito humano universal, porém a forma de vida de muitas famílias nos faz questionar sobre que direito é este? Na atualidade, poucos usufruem, mesmo sendo assegurado pelo Estatuto da Cidade o “direito à cidade a todo cidadão. O discurso do acesso democratizado à habitação, ao saneamento ambiental, ao esporte, ao lazer, à cultura, ao transporte público, ao trabalho, está na referida lei.

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, são verificados investimentos nas cidades, pautados na concepção de urbanismo com caráter embelezador, cuja preocupação central é com aspectos estéticos, pois constroem praças e avenidas, com o intuito de trazer novos investimentos, principalmente, para a “burguesia urbana” (SANCHEZ, 2001). São as chamadas “cidades modelos”, “imagens de marca” construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades” (SANCHEZ, 2001, p.31).

Para Lefebvre (2006), não há como explicar ou apreender a problemática urbana sem levar em conta o processo de industrialização, pois considera a industrialização como o motor das transformações sociais, e que a urbanização é consequência do processo de industrialização.

Os problemas sociais de caráter estrutural, concedidos como expressões da questão social e, portanto, determinados pelas contradições imanentes ao modo de produção capitalista, são reproduzidos com intensidades variadas nas cidades brasileiras e amazônicas. Belém, capital do estado do Pará, após o grande ciclo econômico como o da borracha no final do século XIX e início do século XX, é impactada por intensos e agudos processos de segregação urbana.

Para Souza (1999) o espaço urbano pode ser definido como local onde está a produção, as classes sociais e a divisão do trabalho. Porém, com o crescimento exacerbado da população as cidades tornam-se grandes áreas de riscos, com índices impressionantes de violência, miséria, desemprego, entre outros.

Na atualidade a palavra violência tem grande destaque em todos os lugares nacional e internacional. A violência está nas ruas, nos jornais, no trabalho, nos debates acadêmicos, nos diálogos informais, entre outros.

A compreensão da violência nos exige a apreensão do impacto da globalização econômica nas grandes cidades e na urbanização do mundo contemporâneo. O urbanismo dos auto construtores modifica constantemente a paisagem das cidades, e é a partir dos bairros pobres que surgem, por conta de tal intervenção, as localidades informais onde a violência encontra seu espaço. Para Pedrazzini (2006, p.23),

A violência urbana não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana. A informalização da urbanização é uma resposta das populações carentes à globalização e às políticas de segurança, na medida dos seus meios.

A população que vive em áreas sem infraestrutura, chamadas de favelas e baixadas, sofre com a segurança precária, sendo a própria população a responsável pela sua segurança. É o pobre tentando se proteger do mais pobre, enquanto que o mercado de segurança cresce com a venda de localidades seguras, os chamados condomínios fechados, que não estão ao alcance de todos os que têm medo, portanto, quanto mais a cidade estiver desprotegida e insegura, mais as empresas de segurança terão êxito em suas vendas.

O processo de segregação, engendrado na sociedade cindida pelo antagonismo entre classes sociais é uma das determinações estruturais para compreendermos tal medo, tomado como justificativa para a rejeição à cidade. Daí é necessário compreendermos como se dá a localização de condomínios fechados, afastados dos centros, cuja construção é justificada pelo discurso de segurança e comodidade, em oposição à tumultuada concentração humana, gerando, de forma contraditória, processos auto segregativos.

A indústria de segurança é favorecida com a violência urbana, porém não é a única, temos que considerar a mídia como outro segmento que lucra com a violência, afinal a mercantilização da violência vem crescendo de maneira exacerbada e passa a ter um papel fundamental na manipulação da opinião pública. A violência urbana é cotidianamente vista na televisão, nas esquinas, nas escolas, no trabalho, nas relações amorosas e familiares. Como diz Pedrazzini (2006, p.24) “a violência real dos pobres e o sofrimento que os leva à violência fazem parte do espetáculo cotidiano e são vendidos como um produto qualquer.”.

Estas formas de violência variam num grande espectro, indo das ocorrências mais brutais de criminalidade e de banalização da vida até as formas agudas geradas pela fome, pelo não acesso ao trabalho e à terra para produzir e viver. Para Wacquant (1999, p.4),

... a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.

Bauman (2009) aproxima-se da discussão, em busca da compreensão das causas da violência urbana, quando afirma que a sociedade moderna está intrinsecamente relacionada à insegurança, com a imagem de que o perigo está em todo lugar, ou seja, a insegurança e o perigo são inerentes ao estágio atual da vida social.

Essa é a nova realidade nas cidades, logo, entender o problema da violência urbana e o medo na cidade é buscar compreender as novas culturas, ou a extinção de outras, novos costumes, padrões de circulação no espaço, ou seja, entender que a dimensão socioeconômica, oriunda do modo de produção capitalista, individualiza, segmenta, segrega e tem seus rebatimentos no modo de vida dos sujeitos que estão no espaço urbano.

### **3. ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O MEDO DE VIVER NA CIDADE**

Para a compreendermos a questão da violência e sua relação com a mídia, faz-se necessário discutirmos qual a finalidade da comunicação? Há princípios que direcionam o trabalho jornalístico?

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) fala explicitamente no direito à informação. Para Marx (2006) a imprensa é o espelho intelectual onde o povo se vê, sendo a primeira confissão de sua sabedoria.

Uma emissora pública deve ou deveria ter em seus princípios a democracia como norte, possibilitando ao indivíduo informações que o levem a construir suas ideias e opiniões, ou seja, tornar um caso comum a todos a partir de várias visões que tal fato possa proporcionar, tornando-se, como diria Marx, síntese das múltiplas determinações. Para Guilhon (2007, p.40) “Uma emissora pública deve ter como práxis ouvir sempre os vários atores envolvidos em cada notícia, os vários matizes ideológicos quando se trata da análise de uma determinada política pública, e assim por diante.”

A mídia privada tem como objetivo central o lucro, a venda de seus produtos, independente dos mecanismos utilizados. A cultura do consumismo, reduz os indivíduos a simples concorrentes, em objetos de manipulação do mercado. O indivíduo passa a ser reconhecido pelo que tem, dependendo da maneira como o mesmo se insere na sociedade de consumo.

Não há como analisar a realidade social, seja pelo aspecto da violência, sem levar em consideração a influenciada da mídia. É através da mídia que mudamos nossos hábitos e costumes, somos bombardeados por modelos de consumo e de comportamentos, porém, é importante enfatizar que a mídia pode ter um papel emancipador, para tanto é imprescindível a apropriação da discussão acerca de sua finalidade, como também a mobilização e exigência da participação da sociedade nos conteúdos e programações.

Dentro dessa análise, como a violência urbana é discutida pela mídia? Há diferentes olhares quando a mesma é publicizada pelos meios de comunicação? Ao pensarmos em violência e como a mesma é utilizada pela mídia, o primeiro ponto que identificamos é que a mídia trata a violência como uma espécie de darwinismo social, em que os pobres são os menos aptos a viverem na sociedade, justificando, inclusive, seus atos de violência.

O espírito individualista é como um vampiro moderno, que suga a vitalidade das relações humanas sob a lógica do mundo estranhado das mercadorias. O individualismo egoísta virou, tacanhamente, sinônimo de esperteza, uma forma de ser e viver que nos é contemporâneo... Mas no fundo o individualismo é burro e autofágico (FRAGA, 2002, p.52).

O espetáculo da violência toma proporções incontroláveis, pois as produções jornalísticas e informativas utilizam elementos dramáticos para atraírem a população, e assim, aumentarem o número de consumidores. Vale ressaltar que não há diferentes informações acerca de um fato, no intuito de possibilitar ao leitor ou telespectador a possibilidade de questionar, de analisar tal fato, as informações são impostas, os conceitos já estão pré-estabelecidos e determinados.

Segundo Amaral (2007), o indivíduo não sabendo qual o grau de veracidade do que se veicula na mídia, o mesmo pode acreditar que os índices de criminalidade estão aumentando e superestimar o medo de serem vítimas de crimes violentos. O medo gerado leva à tomada de certas atitudes como novas formas de deslocamento pela cidade, como não passar por áreas “perigosas”, não parar em cruzamentos; buscar espaços seguros, entre outros.

Mas por que a população não questiona os programas sensacionalistas que utilizam da violência cotidiana e das mazelas individuais para aumentarem a sua

audiência, enquanto que esta mesma população é a primeira a questionar e criticar cenas das novelas que trazem a discussão da união homoafetiva, do aborto e até mesmo imagens de muita violência?

A resposta para tais questionamentos está intimamente ligada ao processo de alienação e estranhamento, pois é notório a preocupação das pessoas mais com o que vai acontecer nas próximas cenas das novelas, do que necessariamente com o que vai acontecer com as suas próprias vidas. Outro fator que também responde e está relacionada ao processo de estranhamento é o fato da população compreender as novelas como sendo o programa da família brasileira, onde ela mesma se vê ou que se ver, sem defeitos e problemas. Já os programas sensacionalistas reproduzem o problema do outro, pois quem está sendo humilhado e violentado é o outro, não a “minha família”, inclusive com aversão e determinado ódio ao outro.

Esse ódio ao outro não apenas aparece nas ações cometidas pelos agentes do Estado, mas também, por exemplo, em atos de jovens que ateiam fogo em pessoas que dormem indefesas nas ruas de nossas cidades. E o que falar dos pelo menos 156 homicídios praticados por integrantes das gangues do Bronx e dos Ninjas em assaltos, tráfico de drogas, extorsão de comerciantes e moradores de um bairro da zona sul de São Paulo? A primeira impressão é que vítimas e matadores encerram-se em universos distintos, com sociabilidades estanques, nos quais qualquer arbítrio ou agressão torna-se possível pelo simples fato de os agressores não reconhecerem em suas vítimas seres humanos como eles, fazendo delas meros receptáculos da onipotência, ódios e frustrações (COSTA,1999,p.4).

A mídia tem centralizado os dramas cotidianos e o tem feito destacando, inclusive, os casos que atingem camadas menos privilegiadas. As manchetes alarmistas, a retórica fetichista e as imagens espetaculares de violência, contribuem com o sentimento de insegurança e medo.

No documentário *Janela da Alma* (2006) Eugen Bavcar, fotógrafo e filósofo, afirma que “atualmente vivemos em um mundo que perdeu a visão. A televisão nos propõe imagens prontas, e não sabemos mais vê-las, não vemos mais nada... porque perdemos o olhar interior, perdemos o distanciamento...”.

Portanto, o destroçamento do ser social só será vencido quando o homem for um ser rico em necessidades, mas não as necessidades comparadas as do capitalismo e sim as necessidades humanas, num processo de construção da liberdade humana, sem dominação, para além do capital.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os problemas urbanos de caráter estrutural, aqui considerados, como expressões da “questão social” e, portanto, determinados pelas contradições imanentes ao modo de produção capitalista, são reproduzidos com intensidades

variadas nas cidades brasileiras. Logo, Não podemos justificar as causas da violência nas cidades direcionando apenas para a corrupção da polícia, o sucateamento dos presídios, o consumismo e o individualismo, pois, a gênese da violência nas cidades pode ser muito mais explicadas e responsabilizadas pela contradição imanente ao modo de produção capitalista, onde problemas estruturais, de natureza econômica, social e política são fatores que nos ajudam a compreender a dinâmica das cidades, inclusive, a violência urbana.

O medo legitima o discurso moralista de que os problemas vivenciados na sociedade, por conta da violência, é resultado de uma decadência moral, em que as famílias estão sendo desfeitas. A livre orientação sexual está sendo legalizada. As mulheres estão sendo liberadas de suas residências, ou pode ser também justificado pela crise religiosa.

A violência urbana subverte e desvirtua determinadas funções das cidades, retira recursos públicos já escassos, acaba com vidas, especialmente as dos jovens e dos mais pobres, e dilacera famílias. De potenciais cidadãos, passamos a ser consumidos pelo medo, pois o mercado que mais cresce é o de materiais e equipamentos de segurança, afinal, são alarmes e câmeras de segurança, cada vez mais sofisticadas tecnologicamente, que precisam ser instalados nas residências, ônibus, bancos, shopping, supermercados, entre outros.

É o processo de acumulação do capital em busca de novos nichos de mercado, atingindo outros segmentos, na procura voraz de cada vez alcançar níveis mais elevados de lucro.

A imagem da violência, matéria-prima utilizada e comercializada pelos meios de comunicação, é tomada pela certeza de que existe demanda para esse tipo de noticiário. Porém a ausência de crítica em tais notícias influencia a compreensão plena acerca do que está sendo veiculado, pois não há um comprometimento por parte das empresas de comunicação em repassar as informações, pelo contrário, em muitos casos, há o interesse de divulgar massificadamente uma determinada informação, mesmo não tendo comprovação de sua veracidade.

É imprescindível que os meios de comunicação revejam sua missão, seus objetivos e possibilitem a população uma análise crítica sobre aquilo que está sendo publicizado, pois atualmente grande parte mídia contribui para uma perda de visão da sociedade, onde não se tem a possibilidade de questionamentos e reflexões, além da agressão aos direitos humanos.

As condições estruturantes do modo de produção capitalista vêm contribuindo para o acirramento das manifestações do fenômeno da violência urbana e do medo na cidade. Buscar compreender as novas culturas, ou a extinção de outras existentes, os

novos costumes, os padrões de circulação no espaço é dar conta, em nível explicativo, dos determinantes da realidade socioeconômica, engendrada pelo modo de produção capitalista, manifestada pelo individualismo, pela segregação e seus rebatimentos no modo de vida dos sujeitos que vivem nestes espaços.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

11

\_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COMPANS, Rose. **Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade?** In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CORRÊA, Felipe Botelho. **A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana**. CONTEMPORANEA. ED. 14. vol 8. 2010, p. 88-105.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 8.ed. São Paulo: Civilização brasileira, 1982.

FRAGA, Paulo Denisar. **Violência: forma de dilaceramento do ser social**. Serviço Social e Sociedade. n.70.p.44-58. São Paulo: Cortez, 2002.

GUILHON, Orlando José Ferreira. **Mídia e violência urbana no Brasil**. Art. Comunicação pública e violência urbana– Brasília: UNESCO, Viva Rio, 2007

HARVEY, David. **Condição Pós – Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Tradução Luís Octávio da Silva e Micaela Krumholz. Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos, ano 16, n. 39, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LAGO, Luciana Corrêa do. **A Lógica Segregadora na metrópole brasileira: Novas teses sobre antigos processos**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 53-86, jan. / jul. 2000.

LEFEVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

Marx, Karl. (1994), **Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte**. In: \_\_\_\_\_. OEuvres. Trad. Maximilien Rubel. Paris: Gallimard. Vol. IV, Tomo I: Politique.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das Cidades**. Tradução Gisele Unti. Petropolis: Vozes, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política**. Revista de Sociologia Política, 16, p.31- 49, jun.2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Planejamento e gestão urbana numa era de medo** In: Revista Rio de Janeiro, n. 12 Co-editada: Uerj, LPP, Fórum Rio, Jan/Abr 2004.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: A nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan. 2003.